



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Termo de Referência

1. OBJETO

1.1. Contratação da ferramenta de pesquisa de preços públicos "Banco de Preços, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para estimar os custos das contratações desta Agência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU. Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido. Estas, na maioria das vezes, não possuem interesse e boa vontade em atender às solicitações da ANTAQ. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexecutável, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à administração pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação. Ressalte-se que em certos casos existem prazos a serem cumpridos, em razão de contratos rescindidos unilateralmente, aquisições de equipamentos, peças e outros produtos emergenciais visando a não descontinuidade dos serviços e/ou equipamentos que coloquem em risco a integridade e a saúde dos servidores e que esses prazos têm seu marco inicial a partir da protocolização do pedido de contratação/aquisição. Portanto, é necessário para esta Administração buscar mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação/aquisição.

2.2. O "Banco de Preços" é uma ferramenta necessária à GLC, pois garante segurança, agilidade e economia aos processos de compras públicas; tem uma base ampla e diversificada de informações, que inclui órgãos e entidades das diferentes esferas de governo, atende aos princípios da Eficiência e da Economicidade e ao dever de balizar as compras em preços praticados pela "Administração Pública", evitando distorções da realidade dos preços praticados em um mesmo mercado competitivo. Também possibilita a realização de pesquisas específicas e individualizadas nos Portais Compras Governamentais, Licitações-e e Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, nos sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo e, ainda, junto aos fornecedores, possibilitando maior transparência quanto aos parâmetros utilizados e garantindo a amplitude da pesquisa. Ainda garante a definição precisa e suficiente dos objetos pretendidos, regra indispensável da competição e condição fundamental para a eficácia da pesquisa e da licitação, ademais, facilita a elaboração de justificativas para especificações do objeto que visem assegurar sua qualidade, inclusive a necessária indicação da marca.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

4. DO CUSTO ESTIMADO

4.1. A contratação do “Banco de Preços”, cuja detentora dos direitos autorais é a empresa NP Capacitações e Soluções Tecnológicas Ltda, terá o custo de R\$ 9.875,00 (nove mil oitocentos e setenta e cinco reais), para acesso durante o período de 12 (doze) meses.

4.2. O preço é compatível com o valor de mercado, o qual está comprovado pela Notas de Empenho, SEI nº1453453 .

5. PRAZO DE ENTREGA

5.1. O acesso ao "Banco de Preços" será disponibilizado via internet a partir do recebimento da Nota de Empenho, SEI 1453440.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. A contratada deverá fornecer senha de acesso à ferramenta “Banco de Preços” para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a partir do recebimento da Nota de Empenho, por um período de 12 meses.

7. VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. A presente contratação terá vigência por 12 (doze) meses a partir da liberação da senha.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em parcela única até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devendo o respectivo pagamento ser efetuado na seguinte conta:

8.2. **Banco do Brasil, Agência: 1622-5, Conta: 464-2.**

8.3. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá comprovar sua adimplência com o Ministério da Fazenda por intermédio das certidões: “Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, “Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros”, “Certidão do FGTS, através da CRF/CEF, e a “Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas”.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 9.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades constantes da Lei 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Abreu Cruz, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários**, em 27/10/2021, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1453455** e o código CRC **5BAD33D4**.